



# XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **23/07/2018**

Aprovado em: **23/07/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.13.13>

REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INTERVENIENTE PARA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

MARIA LENILDA CAETANO FRANÇA, GISELIANE MEDEIROS ALMEIDA

**RESUMO:** O presente artigo apresenta reflexões acerca da importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) para a construção da cidadania na escola, tendo em vista ser ele, um importante mecanismo de transformação da prática docente. A pesquisa deleitou-se sobre a metodologia qualitativa com ênfase em estudo bibliográfico. Como resultado evidenciou que o PPP contribui na construção de valores de cidadania na exata medida em que é elaborado, planejado, concebido e executado com o esforço participativo de toda comunidade escolar. Sem a participação da comunidade o Projeto Político Pedagógico transforma-se em mero documento burocrático, sem importância real para a prática educativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidadania. Projeto Político Pedagógico. Construção de valores de cidadania.

**ABSTRACT:** His article presents reflections on the importance of the Pedagogical Political Project (PPP) for the construction of citizenship in school, considering it to be an important mechanism for transforming teaching practice. The research delights in the qualitative methodology with emphasis in bibliographic study. As a result, it has been shown that the PPP contributes to the construction of values of citizenship to the extent that it is elaborated, planned, conceived and executed with the participatory effort of the whole school community. Without the participation of the community, the Pedagogical Political Project becomes a bureaucratic document, without any real importance for the educational practice.

**KEYWORDS:** Citizenship. Political Pedagogical Project. Construction of citizenship values.

**RESUMEN:** El presente artículo presenta reflexiones sobre la importancia del Proyecto Político Pedagógico (PPP) para la construcción de la ciudadanía en la escuela, teniendo en vista ser él, un importante mecanismo de transformación de la práctica docente. La investigación se deleitó sobre la metodología cualitativa con énfasis en estudio bibliográfico. Como resultado evidenció que el PPP contribuye en la construcción de valores de ciudadanía en la exacta medida en que es elaborado, planificado, concebido y ejecutado con el esfuerzo participativo de toda comunidad escolar. Sin la participación de la comunidad el Proyecto Político Pedagógico se transforma en mero documento burocrático, sin importancia real para la práctica educativa.

**PALABRAS CLAVE:** Ciudadanía. Proyecto Político Pedagógico. Construcción de valores de ciudadanía.

## INTRODUÇÃO

As palavras: planos, planejar, planejamento são comuns no cotidiano escolar. Para vários autores[1], o Projeto Político Pedagógico (PPP)[2], trata-se da mais importante meta planejada na escola, sendo de suma importância para a instituição educativa, pois trata-se de um documento elaborado de forma participativa pela comunidade escolar. Essa construção participativa é uma tentativa de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento, no que Vasconcellos (2002, p.169) delimita como um dos meios importantes de concreção de sucesso educacional.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)[3] (2001), a contribuição da escola é desenvolver um projeto de educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la, ao que sugere três diretrizes para um projeto pedagógico capaz de transformar a realidade, quais sejam:

Posicionar-se em relação às questões sociais e interpretar a tarefa educativa como uma intervenção na realidade no momento presente;

Não tratar os valores apenas como conceitos ideais;

Incluir essa perspectiva no ensino dos conteúdos das áreas de conhecimento escolar. (PCN volume 8, 2001, p.27)

Os PCN's avaliam que a educação para a cidadania requer que as questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos. Nesse caminho o Projeto Político Pedagógico apresenta em seu documento o currículo oculto, no qual Tomaz Tadeu da Silva (2007, p.78-79), analisa como sendo aquele que, embora não faça parte do currículo escolar, encontra-se presente nas escolas através de aspectos pertencentes ao ambiente escolar e que influenciam na aprendizagem dos alunos, formando atitudes, comportamentos, valores, orientações etc., que permitem o ajustamento dos sujeitos às estruturas da sociedade.

A cidadania dentro do Projeto Político Pedagógico, mesmo que repousando no espectro oculto, há de ser planejada, pois que inerente à educação e aos resultados escolares. Estevão (2011) observa que o currículo oculto diz respeito a conhecimentos, atitudes e valores, adquiridos mediante a participação nos vários processos de interações nas organizações educativas, assumindo postura de respeito a educação em direitos humanos, promovendo, por sua vez a emancipação.

O PPP, pelo até aqui esposado, é meio inerente e próprio para o estabelecimento e planificação segura da educação cidadã. Desta forma, delinea-se como problema de pesquisa: Como o Projeto Político Pedagógico promove a educação cidadã

O objetivo geral diz respeito a pesquisar o Projeto Político Pedagógico como importante mecanismo de planejamento para promoção da educação transformadora, refletindo sobre teorias intervenientes para construção da cidadania.

A metodologia adotada diz respeito a pesquisa qualitativa em educação, com ênfase em estudo bibliográfico, delimitando o campo teórico, a fim de contextualizar as perguntas e objetos do estudo em uma postura ética e política. De acordo com Mazzoti (1998) a pesquisa qualitativa se caracteriza por suas múltiplas metodologias e formas possíveis de técnicas de coletas e análise dos dados, sendo de suma importância para promover estudos pertinentes no campo educacional.

Destarte, o trabalho torna-se relevante, na medida em que favorece uma reflexão teórica em torno da importância do PPP como estratégia de ensino e aprendizagem de forma inovadora no processo de construção, reconhecimento e valorização da cidadania.

## **CONCEITO DE PLANEJAMENTO: PPP COMO MECANISMO DE TRANSFORMAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE**

A condição da existência é a transformação da realidade. Construir significados, intenções e modificar-se são práticas que permitem a humanidade para que se estabeleça no mundo e com o mundo.

Por meio do desenvolvimento da capacidade mental, o sujeito ao meditar sobre o objeto faz um projeto. Ele é o único capaz de projetar suas ações e de fazer de sua própria vida um projeto a ser seguido. Por meio desse projeto o homem visa à alteração da realidade, esta que consta como um grande desafio, que se coloca como uma tarefa de se planejar, visando à transformação que leve em consideração a dimensão da ação humana.

Segundo Vasconcellos (2002), o processo que conduz a ação humana é constituído por três elementos: a necessidade, o objetivo e o plano de ação. A articulação entre estes três elementos é o que faz com que o homem tenha conscientemente uma determinada ação que a partir da interação com a realidade (necessidade), se cria um motivo para buscar algo (objetivo) e uma determinada maneira de se fazer (plano de ação).

O plano de ação são os passos que o sujeito estabelece mentalmente como forma de atingir o objetivo. O planejamento é uma atividade de reflexão acerca de nossas opções e ações, as quais se inicia desde o acordar pela manhã ao se pensar no que se irá fazer durante o dia. As situações corriqueiras do nosso cotidiano não aparecem detalhadas em nossos pensamentos, por fazerem parte já de nosso esquema de ação. É o que Vasconcellos (2002) classifica como planejamento inconsciente.

Mas quando o indivíduo tem essa situação interrompida por algum objeto diferente do que esperava, entra em ação outra necessidade-objetivo-plano. Essa nova situação é intencional, pois se diferencia dos planejamentos cotidianos baseados no senso comum. Agora é necessário refletir para fazer um novo plano intencional e sistematizado.

Segundo Gama e Figueiredo (2006) o ato de planejar sempre acompanhou a história da humanidade, de modo que o homem sempre pensou sobre suas ações, sem nem ao menos saber o significado da palavra planejamento. Esse que pode ser o ato de imaginar, raciocinar, projetar ações, entre outras que dão ênfase a ação humana. Esse planejamento está presente em nosso dia a dia mesmo que de forma implícita, sem que nem ao menos possamos perceber.

No processo de educação, o planejamento funciona como instrumento de fundamental importância à medida que as ações pedagógicas necessitam de intencionalidade, não se restringindo a atividades improvisadas que não consideram a complexidade existente no ambiente educacional. Sendo assim, a profissão docente exige reflexões constantes a partir de um planejamento flexível que esteja apto a mudanças de acordo com a realidade.

De acordo com Vasconcellos (2002), é preciso se construir uma postura diante da realidade, essa implica tarefas indissociáveis, que são: reflexão/ conhecimento/ interpretação da realidade e sua transformação.

Nessas tarefas é preciso inicialmente partir da prática, ou seja, ter a prática em que estamos inseridos como referência para transformação. Depois é necessário refletir sobre a prática, de forma crítica e coletiva, procurando conhecer como funciona a mesma, captando sua essência, projetando um novo sentido de ação para transformação.

Para o sucesso do método de trabalho é preciso que haja um planejamento porque o método é apenas um guia que vai orientar o professor a conhecer na tentativa de transformar a realidade. Assim, o professor pode utilizar o Planejamento como um método de trabalho, reflexivo sobre sua prática.

Sabe-se, no entanto, que a realidade que o professor encontra em sala de aula é complexa e multidimensional, principalmente em escolas públicas onde o contexto das relações sociais envolve várias dificuldades e desafios. Zabala (1998) enfatiza a importância da reflexão contínua na prática docente, pois de acordo com ele, na educação há uma dificuldade de se controlar a diversidade que advém da prática, já que as coisas acontecem rapidamente e, para entender toda essa complexidade, faz-se necessário uma atuação prática baseada na reflexão.

Deste modo, na perspectiva da reflexão, ver-se a possibilidade de buscar entender essas variáveis por meio de teorias interligadas a realidade para possivelmente planejar o processo educativo e posteriormente avalia-lo.

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulário para controle pedagógico. Deve ser uma atividade consciente de previsão das ações docentes fundamentadas em opções político-pedagógicas, tendo como referência permanente as situações didáticas cotidianas.

Assim, o planejamento exige que o professor desenvolva algumas competências necessárias para

realização de seu trabalho junto à comunidade escolar. Essas competências, que segundo Perrenoud (2000, p. 14) designarão "uma capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação".

Essa motivação tem que partir do todo, não adianta apenas o professor se comprometer, o aluno precisa querer e estar disposto a aprender. E o corpo administrativo precisa se envolver não só com as relações que dizem respeito a parte administrativa, mas também, com a sala de aula, com os alunos e o professor, enfim, com toda a comunidade escolar. Todos unidos em prol do mesmo objetivo: o aprendizado e a transformação da realidade que visa desenvolver uma maturidade cognitiva reflexiva.

Segundo Vasconcelos (2002) é preciso que a reflexão do professor e da escola se dê em três dimensões: realidade (onde estamos), finalidade (onde queremos ir) e mediação (o que fazer para chegar lá). Essa é a estrutura básica de todo o planejamento, sendo importante instrumento metodológico para intervenção da realidade.

Zabala (1998) enfatiza a necessidade de meios teóricos que contribuam na análise constante dessa prática reflexiva, pois existem inúmeros modelos educativos que podem auxiliar na prática pedagógica.

[...] esta prática deve ser entendida como reflexiva, não pode se reduzir ao momento em que produzem os processos educacionais na aula. A intervenção pedagógica tem um antes e um depois que constituem as peças substanciais em toda prática educacional. O planejamento e a avaliação dos processos educacionais são uma parte inseparável da atuação docente [...] os processos de planejamento prévio ou os de avaliação [...] estão estreitamente vinculados ao planejamento, a aplicação e a avaliação. (ZABALA, 1998, p. 17).

Desta forma, a prática pedagógica deve ser trabalhada considerando o que acontece antes da prática, durante e após ela, em um processo de intervenção educacional que possui objetivos que precisam ser programados a partir do planejamento vinculado a aplicação e a avaliação, para que possa se ter uma aprendizagem significativa.

Vasconcelos (2002) salienta que o planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação para ação. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, acontecer, concretizar, sendo necessário estabelecer condições objetivas e subjetivas, prevendo o desenvolvimento da ação no tempo e no espaço, de acordo com as condições materiais e políticas e as disposições do interior que dizem respeito ao desejo e a mobilização para que o mesmo venha a acontecer.

O planejamento é assim, um processo contínuo, dinâmico, de reflexão e de tomada de decisão e o plano é o produto dessa reflexão e tomada de decisão.

O planejamento da educação escolar pode ser concebido como processo que envolve a prática docente no cotidiano escolar, durante todo o ano letivo, onde o trabalho de formação do aluno, através do currículo escolar, será priorizado. "Assim, o planejamento envolve a fase anterior ao início das aulas, o durante e o depois, significando o exercício contínuo da ação-reflexão-ação, o que caracteriza o ser educador". (FUSARI, 1988, apud VASCONCELLOS, 2002, p. 80)

Sendo assim, o planejamento deve acontecer não apenas no primeiro contato do professor com o aluno, mas mesmo antes desse primeiro contato. É importante buscar formas de se conhecer a realidade desse aluno e de toda a turma para poder planejar as ações, refletir sobre as mesmas e agir de acordo com o que for pensado, tendo a capacidade de ser flexível e está aberto a modificações

que podem acontecer no decorrer do ano letivo.

Para tanto é preciso reorganizar a escola de modo que esta centre suas ações na coletividade e participação do todo no planejamento educacional. Segundo Libâneo (2009) a organização escolar democrática implica não só a participação na gestão, mas a gestão da participação. Que a partir do planejamento das atividades em conjunto é possível uma ação racional, estruturada e coordenada de proposição de objetivos.

No entanto, é comum nas escolas a existência do diretor visto como um "chefe" detentor da tomada de decisão, porém, Perrenoud (2000) ressalta que não deve haver a figura de uma pessoa soberana na escola, pois assim como Libâneo (2009), acredita, é preciso discutir e ouvir as propostas de todos os segmentos da comunidade escolar, na busca de uma decisão coletiva. Trazendo a ideia de que se exista de fato uma participação democrática no ambiente escolar.

Mas, é relevante questionar-se até que ponto essa participação é possível e se há realmente uma abertura da escola para que isso aconteça. Pois, muitas vezes essa abertura é mascarada com discursos idealistas que defendem a ideia de que a escola seja para todos, porém, as oportunidades não são de fato dadas igualmente para todos. Perrenoud (2000) alerta para as contradições existentes na educação quando se visa à democracia e a cidadania, onde existe a preocupação se a educação que está sendo ofertada oferece condições de emancipação ou apenas molda o aluno para seguir regras pré-estabelecidas.

O planejamento aparece nesse contexto com o fato de que os professores por muitas vezes desacreditam do ato de planejar, onde o plano não oferece resultados previstos já que o que existe são algumas pessoas que pensam e decidem e outras executam, onde as ações vão para o papel e depois não acontecem. Por isso não basta ter uma finalidade inicial é preciso que ela acompanhe a atividade de concretização.

Porém, apesar de que escola, por muitas vezes, possuir uma autonomia limitada seguindo normas pré-estabelecidas, é possível desenvolver estratégias de ação por meio de atividades diárias, planejadas no conjunto entre os protagonistas da escola. Que visem um plano coletivo, dinâmico, interdisciplinar, comprometido com a educação dos alunos, e que esteja sempre apto a mudanças de acordo com as necessidades que surgem. Ou seja, o que o professor utilizar em sala de aula deve trazer um crescimento aos seus alunos a fim de transformar a realidade estudada.

A prática da ação do planejar enfrenta diferentes conflitos ao se tratar das mudanças que essa prática acarreta, porém para Perrenoud (2000) o conflito é necessário na sociedade, e, por conseguinte, no espaço escolar. Pois, o progresso nasce do confronto, sem esse confronto as pessoas tendem a baixar as cabeças e a obedecer, sendo assim, o fato do conflito existir não vai interferir no desenvolvimento de uma boa prática pedagógica, desde que ele seja usado de maneira construtiva.

É importante enfatizar que não há uma lei previamente determinada que oriente todo o trabalho educacional, há fatores comuns que permitem certo grau de previsão, porém não de forma absoluta. O dinamismo e a imprevisibilidade do processo exigem também o dinamismo da consciência. Ou seja, o educador deve estar atento durante todo o processo, tendo em vista o que é necessário fazer diante de possíveis mudanças na realidade educacional.

Os fins, por sua vez, não são produtos acabados, mas estão num processo de interação com a realidade e a mediação. Não é viável, portanto, se esperar ter toda a certeza de algo para depois agir. Podemos até pensar que a dificuldade de se implantar uma ideia estaria apenas na direção da escola, porém, muitas vezes percebe-se que há uma resistência também por parte dos professores ou dos pais.

O Educador vai crescendo na mesma medida que aprende a transformar sua prática pedagógica. E o planejamento está vinculado às ideias de antecipação de realização da ação tendo em vista atingir um

objetivo e transformar a realidade.

## **A PERTINÊNCIA DAS REFLEXÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) prevê no Título IV, o qual trata da organização da educação, no seu art. 12, inciso I, que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Como a escola se apresenta como instituição autônoma na elaboração do seu Projeto Político Pedagógico, segundo Veiga (2008, p.15), não pode depender dos órgãos centrais e intermediários que definem a política da qual ela não passa a ser executora. A escola concebe o seu Projeto Político Pedagógico e tem autonomia para executá-lo e avaliá-lo ao assumir uma nova atitude de liderança, no sentido de refletir sobre as finalidades sociopolíticas e culturais da escola.

Libâneo (2009, p.178) assinala “o Projeto Político Pedagógico é proposto com o objetivo de descentralizar e democratizar a tomada de decisões pedagógicas, jurídicas e organizacionais na escola, buscando maior participação dos agentes escolares”. Nessa linha de raciocínio, Veiga (2008, p.09) sublinha a exigência profunda de refletir no Projeto Político acerca as finalidades da escola, pois que o processo de construção unirá crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo um compromisso político e pedagógico, sendo fruto de investigações e reflexões coletivas, na linha da democraticidade alinhavada por Lima (2008, p.73).

Nesse passo, a comunidade escolar[4], ou seja, os autores do Projeto Político Pedagógico buscam as aspirações, os valores a serem alcançados pela escola, contribuindo para que o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania (art. 2º, Lei nº 9394/96) sejam alcançados.

Decorre então que o Projeto Político Pedagógico, por ser de raiz eminentemente democrática, finda também por ter um caráter regulamentar, se cingindo em verdadeira norma a ser observada pelos atores que juntos o construíram dentro da própria comunidade escolar, numa consonância direta com o pensamento de Lima (2008, p. 74) quando defende

[...] a participação é, geralmente, uma participação organizada que carece de regulamentação. A existência de regras de participação constitui, de resto, não só um requisito organizacional, justificável em termos operativos, mas também uma base de legitimação importante, um recurso e uma salvaguarda de que os actores, particularmente os subordinados, podem lançar mão para reivindicar, ou simplesmente para assumir, determinadas formas de intervenção.

É fundo de cotejo neste estudo, que o Projeto Político Pedagógico é uma norma de cada instituição educacional brasileira, o qual cabe recepcionar e ser produtor de toda gama de princípios, normas universais, nacionais, regionais até cumprir finalidades educacionais com conteúdo também de direitos humanos, dignidade humana e cidadania. É, o PPP, em última e importante análise, a “ponta de lança” na educação brasileira que planeja, projeta e dimensiona em cada escola a execução do desiderato primaz dos artigos 1º e 225º da Constituição Federal que assim ordenam:

**Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana;**

Art. 205º A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o **exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Não paginado, grifo nosso)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001) propalam, embebidos de valores constitucionais, que a participação é um princípio da democracia o qual necessita ser trabalhado, sendo algo que se aprende e se ensina. Declara ainda, que a escola será um lugar possível para essa aprendizagem, se promover a consciência democrática no seu cotidiano, pois se aprende a participar, participando.

De acordo com os estudos de Veiga (2008, p. 11), um Projeto Político Pedagógico deve apresentar as seguintes características:

Ser um processo participativo de decisões; Preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; Conter direções explícitas na direção da superação de problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; **Explicitar o compromisso com a formação do cidadão** (Grifo nosso).

O Projeto Político Pedagógico, segundo a autora, se alinha a uma organização autônoma, pedagógica, dinâmica, que leva ao crescimento e ao amadurecimento das instituições as quais trabalham na concepção de escola cidadã. No que se refere à execução de um PPP de qualidade, Veiga (2008, p. 12) assinala que:

Nasce da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; É exeqüível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; Implica a ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; É construído continuamente, pois, como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível.

Entende-se, segundo Veiga (2001, p.65), que o Projeto Político Pedagógico aponta direções, rumos para atender aos anseios da coletividade, que caminha junto na busca da concretização do projeto numa ação consciente e organizada, no qual os espaços de autonomia são delineados ao longo do processo de construção, desenvolvimento e avaliação do projeto, sendo a escola sensível às expectativas e aos anseios da comunidade e da cidadania empreendida dentro dela.

## **O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Para Danilo Gandin (2010, p.105) é fundamental no planejamento a ideia de transformação da realidade, na qual, essa concepção transformadora leva a educação libertadora, pois esta se apresenta como uma proposta de mudança. Gandin traz em sua concepção de educação libertadora aquela que foi a base na II Conferencia Geral do Episcopado Latino-Americano[5] o que lega ao PPP o caráter de abarcar sentimentos comunitários cidadãos trazidos por posturas religiosas, de costumes, anseios, aspirações que também correspondem às necessidades e a pedidos de cidadania



da comunidade onde a escola se localiza. Assim, Gandin (2010) baliza o PPP como correspondente ao anseio de educação:

“[...] que converte o educando em sujeito do seu próprio desenvolvimento”; “o meio-chave para libertar os povos de toda a escravidão e para fazê-los ascender de condições de vida menos humanas a condições mais humanas” (GANDIN, 2010, p.105).

Na transformação da realidade através do planejamento participativo, se busca o desenvolvimento do educando como sujeito, como ser social, como cidadão pleno, numa meta perseguida por Vasconcellos (2002), o qual elenca passos para o processo de elaboração e aplicação do Projeto Político Pedagógico, quais sejam:

Surgimento da Necessidade de Projeto; Decisão inicial de se fazer; Trabalho de Sensibilização e Preparação; Decisão Coletiva; Elaboração: Marco Referencial, Diagnóstico, Programação; Publicação; Realização Interativa; Avaliação; Atualização do Diagnóstico; Reprogramação anual; Avaliação de Conjunto; Reelaboração (parcial ou total) (VASCONCELLOS, 2002, p.174).

Em Vasconcellos (2002) o PPP deve surgir das necessidades e desejos dos sujeitos da comunidade escolar. Da incitação de diretores, coordenadores, professores, alunos e pais de alunos representando também suas comunidades, ou seja, existindo sempre a necessidade de passar pelo coletivo, nasce o PPP de um denodo democrático e cidadão. Há, na avaliação do autor uma relação de essencialidade, já que não há instituição que não se planeje, donde decorre o caráter de necessidade do PPP, cuja premência obriga a decisão de fazê-lo sob a cogência legal, (LDB, Art. 12), de forma coletiva, consensual, articulada, interativa, avaliada e pronta para, com o passar do tempo e mudança de necessidades, ser reprogramada sob permeio dos valores e anseios da comunidade escolar. No que diz respeito ao trabalho de sensibilização e preparação, Vasconcellos (2002) assina-la:

Antes de se iniciar a elaboração do Projeto Político Pedagógico, é preciso uma etapa de sensibilização, de motivação, de mobilização para com a proposta de trabalho, a fim de que esta tarefa seja assumida, tenha significado para a comunidade. Se os sujeitos não perceberem o sentido, se não acreditarem, de nada adiantará os passos seguintes.

Talvez o critério maior na etapa de sensibilização seja a verdade: é fundamental que as pessoas joguem claro, coloquem suas dúvidas, suas desconfiças, etc. para que as questões do grupo possam aparecer, serem discutidas, e assim se chegar a uma decisão baseada numa realidade não falseada. Para que a verdade possa emergir, é preciso garantir um clima de respeito e liberdade (VASCONCELLOS, 2002, p.175)

É, nesse sentido, que o Projeto Pedagógico é um processo de ação e reflexão, tornando-se essencial compreender que essa linha de ação tem seu sentido maior quando se converte em processo educativo e os passos aqui propostos por Vasconcellos só se efetivarão através da participação coletiva e democrática dos sujeitos envolvidos em sua elaboração e concretização.

Segundo Danilo Gandin (2010) é fundamental que o processo de planejamento seja entendido como

uma contribuição para que, em nossa sociedade, diminuam as diferenças entre aqueles que têm e os que não têm, os que agem e os que não agem, os que sabem e os que não sabem e destaca que o grande remédio é a participação porque ela é a mola para a conscientização.

## **A IMPORTANCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO CIDADÃ**

A educação como instrumento social básico possibilita ao indivíduo a transposição da marginalidade para a materialidade da cidadania. Não é possível pensar sua conquista sem educação. Educar é compreender que os direitos humanos e cidadania significam prática de vida em todas as instâncias de convívio social dos indivíduos, sejam familiares, escolares ou religiosas (MARTINS, 2008, p. 50).

*Os objetivos do PPP são expostos no Artigo 3º da LDB (BRASIL, 1996), assinalando que o ensino será ministrado com base nos princípios do aprender, do ensinar, do pesquisar, de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, mas, que ricamente tratam do respeito, da liberdade, do apreço, da tolerância, estes últimos traduzem os valores os quais formam cidadãos através da educação.*

Valente (1989) sublinha que o professor na sala de aula bem como a escola no seu todo, naquilo que explicita e não explicita, no que diz permitir e no que proíbe, no que incentiva e no que faz por desconhecer, ensinam aquilo que valorizam, o que acham, justo e não justo, em suma, ensinam valores. O ensino dos valores não se pode evitar.

Para enfrentar a realidade educacional do mundo contemporâneo, a escola deve ser capaz de construir seu PPP, encaminhando a educação para a nova configuração de cidadania, que se encontra em crescente evolução. Nestes termos, Dagnino (1994, p. 107) destaca:

A nova cidadania trabalha com uma redefinição da idéia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos (...) concepção que não se limita a conquistas legais ou ao acesso de direitos previamente definidos, ou a implementação efetiva de direitos abstratos e formais, e inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos que emergem de lutas específicas e da sua prática concreta (...) Nesse sentido ela é uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos, de baixo para cima.

A construção da cidadania passa pela formação ideológica de consciência pessoal e social e de reconhecimento desse processo em termo de direitos e deveres. Para Martins (2008, p. 53) “a realização se faz através das lutas contra as discriminações, da abolição de barreiras segregativas entre indivíduos e contra as opressões e os tratamentos desiguais”, ou seja, pela extensão das mesmas condições de acesso às políticas públicas e pela participação de todos na tomada de decisões. O autor afirma que a escola é o lugar onde o processo de construção do conhecimento se dá de forma sistematizada e que, dentre tantos desafios, a escola deve enfrentar as novas exigências da sociedade, que está caracterizada pelo avanço científico-tecnológico, sendo lugar para construção do conhecimento e transformação da realidade através da concretização do seu PPP, na conjuntura em que não se pode olvidar as vertentes históricas e as construções garimpadas pela humanidade em rito crescente e gradual de cidadania. Nessa trilha de proposições:

Se a pretensão é inscrever a escola na ordem das mudanças institucionais exigidas pelo atual momento histórico, presume-se a necessidade da construção de um projeto educativo, assumido pela comunidade escolar e estruturado em articulações coerentes. Tal projeto, com uma unidade interna que se expressa na intencionalidade política articulando a ação educativa a um projeto histórico, ao definir a

concepção de conhecimento e a teoria da aprendizagem que orientarão as práticas pedagógicas, confere coerência interna à proposta, articulando teoria e prática (MARTINS, 2008, p.55-56 *apud* SANTIAGO, 1995, p.164).

Comungando com tais concepções, Vasconcellos (2002) assevera que a escola assume efetiva contribuição, através do seu PPP para a construção da cidadania, fazendo do planejamento um *Métodos* de trabalho do educador, ajudando-o na tarefa tão urgente e essencial de transformar a prática, na direção de um ensino mais significativo, crítico, criativo e duradouro, como mediação para a construção da escola cidadã, uma sociedade cidadã, no prisma da autonomia e da solidariedade.

A escola é, como assegura Santiago (2008), por ser o transporte de conhecimento intra e inter gerações, um meio importante de mudanças da razão humana e afirmações cidadãs. O PPP é a última instância executória do plano de mudança; é o momento imediatamente anterior ao sublime ponto em que o professor exerce o poder de tornar o homem “mais” civilizado por obra de seu planejamento cidadão humanizante. Assim, frisa Santiago (2008, p.142) que,

É preciso considerar que a escola, instituída no projeto da modernidade com a função social de construir as bases de uma nova sociedade pela emancipação da razão humana, buscou a estabilidade de seu projeto pedagógico na definição do conceito de homem, no entendimento de seu processo de desenvolvimento e na projeção de uma sociedade idealizada pelos princípios de igualdade liberdade e justiça. O projeto escolar propunha-se a contribuir para o alcance desses objetivos por meio de um currículo cientificamente organizado e capaz de conduzir o educando à mudança de atitude pelo domínio de conhecimentos e habilidades compatíveis com as demandas sociais.

Defende Vasconcellos (2002, p.200) a postura cidadã do PPP ao trazê-lo para a simplicidade dos alunos a serem beneficiados, ao editar que ele não deve de ser articulado como função burocrática, formalista e autoritária. Pelo oposto, é artefato cidadão a ser assumido como forma de resgate do trabalho, de superação da alienação, de reapropriação da existência humana.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Projeto Político Pedagógico diz respeito a categoria chave de organização, planejamento, reflexão, concretização e transformação da prática docente. Constitui-se como o alicerce de toda a prática pedagógica, sendo indispensável na promoção do desenvolvimento integral dos protagonistas da escola, que se referem aos alunos. Esse documento, por sua vez fornece o envolvimento de todos os atores que compõem a educação escolar, sendo de suma importância para a construção e valorização da cidadania.

O estudo aqui referido demonstra um consenso entre os autores ao se referirem sobre a importância do PPP como mecanismo indispensável no que concerne ao universo escolar, evidenciando a pertinência de reflexões teóricas como esta, assim como destacando estratégias de valorização, reconhecimento e viabilização da cidadania no campo da educação.

O diálogo e o planejamento em conjunto é a principal prática da educação em direitos humanos, apresentando a relevância da proposta de educação cidadã, que fomenta o fortalecimento da gestão democrática nas escolas e de todos os conselhos representativos da sociedade civil, para a promoção da consciência de direitos e de deveres e a ampliar a participação, envolvimento e comprometimento na qualidade da prática docente.

Por fim, assegura-se que mudanças significativas na sociedade têm uma de suas vias numa educação escolar crítica e participativa, que poderá vir a ser concretizada por meio da construção da cidadania aderida por toda a comunidade escolar comprometida social, pedagógica e politicamente com a construção de uma sociedade mais justa e mais equânime.

---

[1] A exemplo de Menengola (2003) e Vasconcelos (2002, p. 169), que apresenta o planejamento como: “plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação”.

[2] Existem outras nomenclaturas, tais como: Projeto Educativo, Proposta Pedagógica, Projeto Educacional, projeto de Estabelecimento, Plano Diretor, Projeto de escola. Optou-se pela denominação Projeto Político Pedagógico pelo recorrente uso na literatura brasileira.

[3] Os Parâmetros Curriculares Nacionais — PCN — Elaborados pelo Governo Federal, são referências para o Ensino Fundamental e Médio de todo o país. O objetivo dos PCN é garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania. Não possuem caráter de obrigatoriedade e, portanto, pressupõe-se que serão adaptados às peculiaridades locais.

[4] Conceito que abarca a direção, coordenação, professores, funcionários, alunos e pais de alunos.

[5] Ocorrida em Medellín, Colômbia, em 1968.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/constituicaoofederal](http://www.planalto.gov.br/constituicaoofederal). Acesso em 17/05/2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - nº 9.394/96 – Portal Mec – Ministério da Educação, Brasília/DF. Acesso em 02/04/2015.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos Temas Transversais: Ética** – Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. 3ª Edição – Brasília/DF, 2001.

DAGNINO, Evelina(org). **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. Anos 90: Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ESTÊVÃO, Carlos V. **Democracia, Direitos Humanos e Educação. Para uma perspectiva crítica de educação para os direitos humanos**. Revista Lusófona de Educação, n. 17, 2011.

GANDIN, Danilo. **Planejamento Como Prática Educativa**. 18ª Ed. Edições Loyola, São Paulo, 2010.

GAMA, Anailton de Souza; FIGUEIREDO, Sonner Arfux de. **O planejamento no contexto escolar**. 2006.

LIBNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização** / José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toshi – 7ª Edição. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica**, 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, Rosilda Baron. **EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: O Projeto Político-Pedagógico como elemento articulador**. In: Ilma Passos de Alencastro Veiga; Lúcia Maria Gonçalves de Resende. (Org.). ESCOLA: Espaço do Projeto Político-pedagógico. 13 ed. Campinas: Papirus, 2008, p. 49-74.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

MENEGOLLA, Maximiliano. **Por que planejar Como planejar Currículo – Área – Aula**. 13ª Ed. Editora Vozes, Petrópolis, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SANTIAGO, A. R. F. **Projeto Político-Pedagógico e organização curricular: desafios de um novo paradigma**. In: Ilma Passos de Alencastro Veiga; Marília Fonseca. (Org.). As dimensões do Projeto

Político-pedagógico. 06 ed. Campinas: Papyrus, 2008, v. 01, p. 141-174.

VALENTE, M. O. (1989). **A Educação para os Valores. In O Ensino Básico em Portugal**, p. 133-172. ASA : Porto.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento, Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico- Elementos metodológicos para elaboração e realização**. 10. Ed. – São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro; Marília Fonseca. (Org.). **As dimensões do Projeto Político-pedagógico**. 06 ed. Campinas: Papyrus, 2008.

\_\_\_\_\_. Ilma Passos de Alencastro; Lúcia Maria Gonçalves de Resende. (Org.). **ESCOLA: Espaço do Projeto Político-pedagógico**. 13 ed. Campinas: Papyrus, 2008.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa- Como Ensinar**. São Paulo, ArtMed, 1998. (Cap. 01 e 02).

[1] A exemplo de Menegola (2003) e Vasconcelos (2002, p. 169), que apresenta o planejamento como: “plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação”.

[2] Existem outras nomenclaturas, tais como: Projeto Educativo, Proposta Pedagógica, Projeto Educacional, projeto de Estabelecimento, Plano Diretor, Projeto de escola. Optou-se pela denominação Projeto Político Pedagógico pelo recorrente uso na literatura brasileira.

[3] Os Parâmetros Curriculares Nacionais — PCN — Elaborados pelo Governo Federal, são referências para o Ensino Fundamental e Médio de todo o país. O objetivo dos PCN é garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania. Não possuem caráter de obrigatoriedade e, portanto, pressupõe-se que serão adaptados às peculiaridades locais.

[4] Conceito que abarca a direção, coordenação, professores, funcionários, alunos e pais de alunos.

[5] Ocorrida em Medellín, Colômbia, em 1968.